

ÍNDICE MULTIDIMENSIONAL DA ATIVAÇÃO DO PATRIMÔNIO TERRITORIAL: A Dimensão Cultural e Seus Componentes¹

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2023.59.14521>

Submetido em: 23/5/2023

Aceito em: 1/7/2023

Monica Franchi Carniello,² Moacir José dos Santos,³ Carlos Alberto Máximo Pimenta⁴

RESUMO

Nas últimas décadas o entendimento sobre o desenvolvimento foi transformado com a caracterização da sua dimensionalidade e associação às condições presentes nos territórios. Uma das dimensões constitutivas do desenvolvimento é a cultura, particularmente o patrimônio territorial e elementos associados, cuja compreensão é fundamental para o desenvolvimento do território. Tem-se como objetivo caracterizar o delineamento metodológico correspondente à trajetória metodológica pertinente à identificação dos componentes da dimensão cultural que integram o patrimônio territorial. Metodologicamente, foi efetuada uma abordagem qualitativa e exploratória sob a perspectiva teórica, para se chegar na propositura de elaboração do índice. Os resultados demonstram a contribuição da dimensão cultural para o Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial – Imap –, referência que estabelece variáveis em seis dimensões: produtiva, social, natural, cultural, institucional e humana/intelectual em relação ao território. Conclui-se que a dimensão cultural referente ao Imap corresponde aos seguintes indicadores: multiculturalidade (valores e códigos de conduta); manifestações e equipamentos culturais; estrutura da mídia; e economia criativa. Estes indicadores são instâncias normativas que determinam os valores subjacentes da leitura da ativação do patrimônio de um território, as quais permitem o agregar dos índices identificáveis no processo de pesquisa e do diagnóstico.

Palavras-chave: cultura; patrimônio territorial; desenvolvimento territorial; método de pesquisa; índice.

MULTIDIMENSIONAL TERRITORIAL PATRIMONY ACTIVATION INDEX: THE CULTURAL DIMENSION AND ITS COMPONENTS

ABSTRACT

In recent decades, the understanding of development has changed, with the characterization of its dimensionality and association with the conditions present in the territories. One of the constitutive dimensions of development is culture, particularly territorial patrimony and associated elements, the understanding of which is fundamental for territorial development. The objective of this article is to characterize the methodological outline corresponding to the methodological trajectory pertinent to the identification of the components of the cultural dimension that integrate the territorial heritage. Methodologically, a qualitative and exploratory approach was carried out, from a theoretical perspective, to arrive at the proposition of elaboration of the index. The results helped to characterize the

¹ Projeto coordenado pelo professor doutor Valdir Roque Dallabrida referente ao Programa Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Complementarmente faz referência a outros três projetos: (i) O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões: um estudo em três regiões do Rio Grande do Sul, envolvendo uma rede de Instituições e pesquisadores liderados a partir do PPGDR – Unijuí – e apoiado pela Fapergs; (ii) o projeto O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões: pressupostos epistêmico-teóricos e proposta de instrumental metodológico, que está em execução no PPGDTS – UFPR; e (iii) o projeto Fundamentos epistêmico-metodológicos do patrimônio territorial, convergentes com a Dimensão Social, em execução no PPGDPP-UFFS.

² Autora correspondente: Universidade de Taubaté – Unitaú. Taubaté/SP, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/8891630755683175>. <https://orcid.org/0000-0002-3107-901X>. monicafcarniello@gmail.com

³ Universidade de Taubaté – Unitaú. Programa de Pós-Graduação *Stricto-Sensu* em Gestão e Desenvolvimento Regional. Taubaté/SP, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/3987800501488137>. <https://orcid.org/0000-0001-6865-0630>

⁴ Universidade Federal de Itajubá – Unifei. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade. Itajubá/MG, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/6014753937589029>. <https://orcid.org/0000-0003-2815-7512>

contribution of the cultural dimension to the Multidimensional Index of Territorial Heritage Activation – IMAP, a reference that establishes variables in six dimensions: productive, social, natural, cultural, institutional and human/intellectual, in relation to the territory. It is concluded that the cultural dimension in relation to the IMAP corresponds to the following indicators: multiculturalism (values and codes of conduct); cultural manifestations and facilities; media structure; creative economy. These indicators are normative instances that determine the underlying values of the reading of the activation of the patrimony of a territory, which allow the aggregation of identifiable indices in the research and diagnosis process.

Keywords: culture; territorial patrimony; territorial development; research method; index.

INTRODUÇÃO

Esta reflexão assume a dimensão cultural como um constituinte do patrimônio territorial para que, em convergência com a abordagem territorial, contribua para o processo do desenvolvimento. Dessa perspectiva, remeter à abordagem territorial é conceber o território como centralidade e referência fundamental para o desenvolvimento, ao se propor a análise socioeconômica, cultural e ambiental de um determinado recorte espacial (DALLABRIDA, 2020).

O território, resultado das relações de poder e fundamentado nas relações concretas e simbólicas (RAFFESTIN, 1993), incorpora a concretude e contradições das relações sociais. Está, portanto, intrinsecamente relacionado à cultura e pode ser compreendido como uma construção social resultante de acúmulos herdados de um passado longínquo, ou mais recente, que se expressam contemporaneamente nas dimensões social, econômica, natural, cultural, institucional, humana e intelectual, constituindo o patrimônio territorial (DALLABRIDA; ROTTA; BÜTTENBENDER, 2021).

A discussão insere-se no projeto de pesquisa do projeto “*O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões – ProPAT*” –, cuja equipe é formada por pesquisadores de diversas instituições. A proposição visa a compor e validar um instrumental metodológico mais adequado à análise de determinado território, com o fim de contribuir na elaboração de diagnósticos territoriais que favoreçam a prospecção de alternativas inovadoras e sustentáveis de desenvolvimento, tendo o patrimônio territorial como referência. Para isso, propõe-se o Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial (Imap), tendo como referência um conjunto de variáveis em seis dimensões: produtiva, social, natural, cultural, institucional e humana/intellectual. O índice apura a ativação de cada uma das dimensões do patrimônio territorial, e este texto enfatiza a dimensão cultural do desenvolvimento.

A cultura apresenta relação intrínseca com o território. Sua produção e reprodução está associada às atividades econômicas e sociais presentes no território. A sua materialização e representação implicam uma dialética contínua entre os processos territorializados e as experiências culturais. Nesse sentido, a dimensão cultural constitui ativamente o patrimônio territorial, o que suscita o objetivo do presente trabalho: caracterizar o delineamento metodológico correspondente à trajetória metodológica pertinente à identificação dos componentes da dimensão cultural que integram o patrimônio territorial. Metodologicamente, este texto resulta de uma abordagem qualitativa e exploratória, sob a perspectiva teórica.

Este artigo estruturou-se em cinco seções a partir da introdução, que apresenta a justificativa e o objetivo concernentes ao trabalho. A segunda seção é dedicada à caracterização dos

aspectos ontológicos associados à dimensão cultural e sua produção e circulação no território, considerando as relações de poder e a reprodução da dinâmica social e econômica, enquanto a terceira seção trata dos aspectos constitutivos da dimensão cultural quanto à territorialização da cultura e sua complexidade simbólica, estrutural e econômica. A quarta seção é dedicada à discussão dos aspectos relacionados à dimensão cultural do Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial – Imap –, com a explicitação de aplicação do método proposto para a dimensão cultural. Após essa discussão é apresentada a quinta seção, com a realização das considerações finais em relação ao objetivo do artigo, seguida das referências bibliográficas consultadas.

ASPECTOS ONTOLÓGICOS: RELAÇÕES DE PODER E A REPRODUÇÃO DA DINÂMICA SOCIAL E ECONÔMICA NOS PROCESSOS DE PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DA CULTURA NO TERRITÓRIO

A cultura é inseparável das trajetórias de desenvolvimento em suas diversas possibilidades. Em relação à perspectiva antropológica, entende-se a cultura enquanto recurso (YÚDICE, 2004) ou experiência cotidiana (WILLIAMS, 1992) que dialeticamente se define no território resultante do processo histórico, subordinado à complexidade das condições da vida material e social.

A cultura traduz-se em um fator fundamental para o desenvolvimento. Talvez, com inspiração na contribuição de Sousa Santos (2009) quanto às perspectivas epistemológicas, pode-se imaginar o descentramento ou a decolonialidade, relacionadas às epistemologias do sul. A contribuição de Sousa Santos (2009) salienta o silenciar da multiculturalidade enquanto consequência dos processos de conquista e colonização. Adotar essa perspectiva possibilita pensar a cultura enquanto fator associado ao desenvolvimento e inserido nas relações de poder que o conformam. Tal percepção é estratégica para o afastamento de olhares que desconsideram a cultura como sendo fator estrutural e estruturante de uma sociedade.

Alçar a cultura ao campo teórico multidimensional que aglutina a complexidade, impõe a ampliação de sua própria compreensão enquanto fator presente no desenvolvimento territorial e associado às relações de poder que decorrem da sua própria dinâmica, uma vez que se assenta em um conjunto de aspectos manifestos na forma de ordem, desordem e arbitrariedade, possibilidade analítica sem aporte metodológico adequado. Equivale afirmar que

Conceito-armadilha, a cultura é composta por padrões, regras e instituições. Por isso, é uma fábrica de ordem, reprodução do instituído. É também identificada à superestrutura, bifurcada em cultura científica e cultura das humanidades, cultura erudita e cultura popular. Na perspectiva do pensamento complexo, a cultura é um circuito que envolve ordem-desordem-interação-organização composto por códigos, padrões, modalidades de existência, saberes (CARVALHO, 2013, p. 49).

A diversidade faz da cultura sua pluralidade; daí sua multidimensionalidade que pode ser sintetizada enquanto multi-inter-transculturalidade. A pluralidade da dimensão cultural a torna dinâmica e móvel, com impacto no delineamento do território e da diversidade que o caracteriza. Investigar as questões do patrimônio territorial exige identificar a pluralidade, considerando que

a diferença é construída no processo mesmo de sua manifestação, isto é, ela não é uma entidade ou expressão de um estoque cultural acumulado, é um fluxo de representações, articuladas *ad hoc*, nas entrelinhas das identidades externas totalizantes e essencialistas (COSTA, 2015, p. 149).

O RECONHECIMENTO DA POLIFONIA PRESENTE NO TERRITÓRIO FUNDAMENTA A RELAÇÃO PRÓXIMA ENTRE O PATRIMÔNIO TERRITORIAL, A DIVERSIDADE CULTURAL E O DIREITO.

La protección de la diversidad cultural es un imperativo ético inseparable del respeto de la dignidad humana. Entraña un compromiso con los derechos humanos y las libertades fundamentales y requiere la plena realización de los derechos culturales, incluido el de participar en la vida cultura (NACIONES UNIDAS, 2010, p. 11).

O fluir da cultura, amparado no direito e na dignidade humana, relaciona os fundamentos do patrimônio territorial, associados à cultura, com a superação dos condicionantes de crescimento econômico enquanto único fator válido para definir o êxito do desenvolvimento. O considerar da cultura, campo da experiência humana que possibilita o desenvolvimento sob o delineamento do patrimônio territorial, engendra o enfrentamento das assimetrias sociais a partir da multiculturalidade e suas possibilidades econômicas, sociais e políticas, especialmente para o combate das diversas formas de desigualdade territorializadas.

A diversidade cultural aponta a impossibilidade de associar o desenvolvimento territorial a padrões ou modelos únicos (ou exclusivos) de desenvolvimento. A complexidade e a diversidade da cultura impedem que a dinâmica cultural seja ancorada em uma perspectiva simplista ou binária que relaciona cultura a polos como local e global, erudito e popular, bom e ruim, desenvolvido e atrasado, urbano e rural. Este aspecto implica romper com a visão binária de certo modo originada na mesma crença que, equivocadamente, no passado, compreendia crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento territorial ou desenvolvimento social e econômico.

A cultura evidencia o contexto cotidiano da experiência humana no tempo-espço e demonstra o seu potencial de produção de renda e sua distribuição, especialmente para o combate da desigualdade social e econômica. Considera-se, ancorados em Williams (1992, p. 186), que a cultura possibilita “uma vida social e cultural totalmente abrangente”, em razão de ter “[...] sido usada com constância para se referir a todo modo de vida de um povo”, e possibilita, também, o debate em relação à composição do patrimônio e do território quanto aos enfrentamentos econômicos, sociais, políticos e simbólicos realizados no campo da cultura, e que fundamentam as trajetórias e o desenvolvimento local e regional.

O bem-estar social está amparado em diversos fundamentos, e um deles é a cultura, que produz a sensação de pertença cultural, base para as escolhas dos indivíduos, com consequências na percepção de identidade e identificação social. Dessa constatação decorre a premência de se incorporar a multiculturalidade na elaboração das políticas públicas de desenvolvimento.

A cultura, dimensão do patrimônio territorial, pode ser compreendida a partir da contribuição de Raffestin (1993). O autor salienta os limites simbólicos do território ancorados nas representações, o que converge para a compreensão do território como resultante de uma construção social (FLORES, 2006). Assim, o território é indissociável da dimensão cultural. Flores

(2006) destaca a condição fundamental da cultura para a elaboração da identidade social ligada a um território. Segundo Hall (2016), em condição complementar a Flores (2006), o processo de identificação do território é pautado em redes de significação. Percebe-se a condição fundamental de compreender como a cultura e a identidade relacionadas a um território são essenciais para a elaboração de projetos de desenvolvimento, pois, conforme Dallabrida *et al.* (2021), a construção social do território é fruto da convergência entre os atores sociais que integram um determinado espaço geográfico e suas ações para identificar e elaborar soluções para problemas comuns.

O papel da cultura quanto ao desenvolvimento é duplo, a considerar que cumpre, simultaneamente, a função de recurso e direito. Enquanto recurso, contribui para estimular a participação cidadã em uma perspectiva dialógica do desenvolvimento (PERUZZO, 2004; SERVAES, 2007); como direito, torna-se fator imprescindível para a efetivação do desenvolvimento, de acordo com a compreensão de Sen (2000). Canclini (1981, p. 43) destaca que ocorre a “apropriação desigual do capital cultural e de bens econômicos por parte dos setores subalternos de uma nação”. Ao incorporar o alerta, as projeções para uma política de desenvolvimento implicam objetivar a promoção do acesso ao patrimônio territorial, incluindo a dimensão cultural.

ASPECTOS CONSTITUTIVOS: A TERRITORIALIZAÇÃO DA CULTURA E SUA COMPLEXIDADE SIMBÓLICA, ESTRUTURAL E ECONÔMICA

O delinear do território, na centralidade das trajetórias de desenvolvimento, implica alçar a cultura como elemento constitutivo do desenvolvimento. Essa premissa origina-se na década de 60 do século 20, resultante das contribuições de múltiplas áreas do saber. Entre as proposições das áreas de saber destacam-se os Estudos Culturais, cujas origens remontam aos investigadores do centro de Birmingham, Inglaterra, com destaque para Richard Hoggart, cujo trabalho delineou as características da classe trabalhadora inglesa no pós-Segunda Guerra Mundial (FELIPPI; BRANDT, 2016).

Recupera-se, com ênfase ao enunciado anteriormente, o objetivo deste texto, que visa à discussão dos parâmetros teóricos relacionados à investigação do patrimônio cultural para sustentar uma proposta metodológica para diagnosticar o patrimônio territorial. Inicialmente apresentam-se os componentes da dimensão cultural, bem como referentes para a análise, considerando a base teórica aqui utilizada (Quadro 1).

Quadro 1 – Componentes da dimensão cultural

COMPONENTES	REFERENTES PARA A ANÁLISE	AUTORES
	<ul style="list-style-type: none"> – Promoção e respeito das diversidades, biodiversidades e diferenças por meio do fortalecimento da democracia cultural; – Institucionalização de políticas locais de atenção aos grupos e pessoas mais vulneráveis, de comunicação social, de conectividade com atenção à dimensão cultural do desenvolvimento, economia dos bens comuns e sustentado; – Promoção e fomento de estratégias multiculturais e interculturais para: inserção social, oportunidades e formação de respeito às alteridades práticas de associativismo, cooperação e coletivismo como formas de promoção da dignidade das pessoas (direito à: diferença, cultura, bem viver, equidade e exercício de direitos). 	Barros (2008, 2016) CGLU (2015) Pimenta (2021)

Manifestações e equipamentos Culturais	<ul style="list-style-type: none"> – Valorização dos saberes e fazeres locais mediados pela criatividade, interação horizontalizada e liberdade de expressão. – Governança da cultura de forma participativa por meio de metodologias abertas, envolvendo a comunidade. – Instituição de espaços formativos de transmissão dos saberes e fazeres da cultura como estratégias de manutenção do conhecimento local. – Criação de modalidades de aprendizagem que explorem a criatividade e as tecnologias locais desperdiçadas pela lógica do mercado competitivo. – Identificação das inovações presentes na experiência local (tradição, identidades, ofícios, patrimônio, trocas, estéticas, estilo de vida). – Diversidade, respeito e políticas públicas às manifestações culturais. – Distribuição territorial dos equipamentos culturais. – Políticas públicas de acesso à cultura. – Recursos financeiros destinados à cultura. 	<p>Pimenta (2017) Calabre (2007) Botelho (2016) Burke (2003) Candido (2001) Dória e Bastos (2018) Santos (2017) Rede Nossa São Paulo (2020) São Paulo (2014)</p>
Estrutura de mídia	<ul style="list-style-type: none"> – Presença de veículos de rede. – Acesso à Internet. – Presença de veículos públicos, educativos e comunitários. – Produção de conteúdo de mídia local e regional. 	<p>Hallin e Mancini (2004). Peruzzo (2008). Deolindo (2019). Kleine (2013).</p>
Economia criativa	Geração de emprego e renda com base na cultura.	<p>Reis (2009). Mirshawka (2016).</p>

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Apresenta-se, a seguir, cada um dos componentes da dimensão cultural.

a) Multiculturalidade, Valores e Códigos de Conduta: diversidade, biodiversidade e território

As contribuições para a compreensão do papel da cultura em relação ao desenvolvimento espalharam-se internacionalmente, com reflexos pertinentes, como a Lei de Cooperação Internacional, na década de 70 do século 20. Essa lei prioriza o desenvolvimento integral do ser humano com a oferta de oportunidades para a participação no desenvolvimento econômico, social e cultural da sociedade a que pertence (COSUDE, 2016).

Tal assertiva deve ser combinada ao reconhecimento de que no território está presente o hibridismo cultural, conforme leciona Canclini (1995). Destaca-se que o autor usa o termo “heterogeneidade multitemporal” para relacionar o contexto cultural da América Latina com o seu respectivo contexto histórico-social, que apresenta justaposições e sujeições culturais decorrentes do processo de colonização. Deste autor, bem como de alguns dos demais estudos culturais referenciados neste texto, tem-se a possibilidade de entender a multiculturalidade presente no território como potencialidade para o desenvolvimento, diversa da colonialista e adversária da diversidade cultural. Supera-se, inclusive, o olhar protecionista das culturas minoritárias com a adoção de uma abordagem dialógica; “[...] experiências cotidianas de

contato, cooperação e conflito que atravessam a suposta impermeabilidade das fronteiras de raça, cultura, identidade e etnia” (GILROY, 2005 *apud* COSTA, 2015, p. 150).

Conseqüentemente, assim assume-se a perspectiva da multiculturalidade:

Ella es el vivero que permite a las distintas culturas enriquecerse y desarrollarse constantemente en contacto de unas con otras, evitando la deriva identitaria . Ella es una de las fuentes del desarrollo, entendido no solo en términos de crecimiento económico, sino también como medio para acceder a una existencia intelectual, afectiva, moral y espiritual satisfactoria (COSUDE, 2016).

Existe uma busca permanente da Organização das Nações Unidas (ONU) em aglutinar as experiências locais de sucesso relacionadas à temática da cultura quanto às referências de desenvolvimento, as quais, apesar das contradições e polêmicas, definem valores e estatutos normativos de condução organizacional às cidades. Ainda sob essa perspectiva, as Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU, 2015) apresentam um conjunto de princípios, orientações e estratégias associadas à consecução do desenvolvimento por meio da cultura.

Pode-se realizar essa operação em relação às dimensões culturais do patrimônio territorial para delinear a identificação de valores e pautar um plano de ações adequado às condições das regiões brasileiras. Baseados na avaliação de Pimenta (2021), percebe-se os meios necessários a organizar e institucionalizar políticas culturais municipais, estas mais próximas às questões locais e regionais, considerando-se a multiculturalidade e a diversidade biocultural (BARROS, 2008, 2016), inclusive com a consideração da normatividade e de propostas coletivas alicerçadas na solidariedade, cooperação, associação, participação e autonomia. Outra ação diz respeito a identificar e caracterizar as principais expressões e/ou manifestações culturais quanto a valores, códigos de conduta e tradições culturais pertinentes ao local.

A associação de valores conectados, interdependentes e relacionados ao campo dos conflitos culturais, ecológicos, sociais e econômicos, implica busca por políticas culturais cuja consecução resulte na superação da fratura entre mercado *versus* Estado, fundamentadas em princípios que devem orientar as ações, as práticas e as análises, mediante a percepção de que em cada local/região coexistem experiências, sinergias e parcerias que associam distintos interlocutores.

b) Manifestações e Equipamentos Culturais

As manifestações culturais são instauradas no tempo e no espaço como resultado dos processos históricos. As experiências sociais subjacentes às manifestações culturais têm como referência as relações estabelecidas no território e as conformam. O delineamento das manifestações culturais no território é um processo dinâmico e dialético, o que resulta na dupla condição das manifestações culturais no território, pois contribuem para a sua existência e, simultaneamente, são reconhecidas por seus vínculos com este. A investigação sobre o desenvolvimento territorial necessariamente incorpora as manifestações culturais por sua contribuição com a sustentação das práticas que definem o território em razão do potencial da identificação entre os atores sociais e o território.

As práticas culturais materializam-se e se reproduzem no território. O entendimento do território em sua relação com as manifestações culturais exige o reconhecer da sua ligação com as ações concernentes à produção, reprodução e circulação territorial da cultura a partir da ação

dos atores sociais nele presentes. Esse processo é complexo, pois implica constante transformação da cultura e das práticas a ela associadas em um movimento dialético permanente, pois é relacionado aos processos de reprodução da vida material. Indubitavelmente, o principal risco relacionado à absorção das manifestações culturais para a pesquisa do patrimônio territorial e a sua associação com o processo de desenvolvimento, é a sua representação idealizada, cuja consequência é a obliteração do processo histórico. Tal cuidado é essencial para a constatação sobre como as manifestações culturais estão inseridas nas trajetórias históricas de cada região e assim geram o patrimônio cultural.

É prudente entender como as relações sociais associadas ao patrimônio cultural e explicitadas mediante as manifestações culturais são produzidas e alteradas historicamente. Salienta-se a possibilidade de dificuldades derivadas do desafio da valorização e/ou reconhecimento social para os aspectos relacionados à identidade territorial, valores, normas de comportamento ou tradições locais e regionais.

Os pesquisadores Peter Burke (2010) e Antonio Candido (2001), dedicados ao estudo da cultura popular em situações diversas, destacam como a mudança do substrato social e econômico, relacionado à reprodução da vida material, provoca alterações nas manifestações culturais e, desse modo, nas suas práticas. Destarte, torna-se imperativo perceber como a preservação das manifestações culturais relaciona-se à compreensão das condições históricas associadas à sua produção, tanto quanto aos mecanismos delineadores das suas práticas no território relacionados quanto à sua identificação com os atores sociais, sem a busca de se estabelecer um referencial idealizado e dissociado da dinâmica social.

Faz-se necessário identificar as características endógenas da cultura. Um exemplo dessa concepção é a discussão acerca da cultura popular caipira, territorializada no Estado de São Paulo e que está presente em territórios diversos no país, tipificados como a paulistânia (DÓRIA; BASTOS, 2018). As mudanças nas últimas décadas transformaram drasticamente as formas de produção, reprodução e circulação da cultura popular caipira nos territórios que contam com a sua presença, o que não implica sua destruição, mas novas condições de prática das manifestações culturais e suas ações relacionadas ao patrimônio cultural historicamente constituído (SANTOS, 2017).

O desafio da investigação descrita no presente texto é o exame de como as alterações nas práticas culturais geram as formas novas de identificação social entre a população e as práticas culturais territorializadas. Mediante essa identificação, é possível delinear a organização de políticas públicas relacionadas ao patrimônio cultural com suas manifestações e práticas presentes no território.

A constatação descrita no parágrafo anterior mostra que os territórios abrigam manifestações culturais diversas que coexistem e dialogam. Essa condição produz a base para políticas públicas necessárias à preservação da multiculturalidade, fundamental para o aproveitamento dos ativos culturais do território sob a perspectiva do patrimônio e do desenvolvimento territorial. Desse modo, é possível identificar as condições de produção, reprodução e circulação da cultura no território, com a incorporação das referências adequadas para planejar e efetivar políticas públicas para a cultura, com o reconhecimento da articulação entre as práticas e experiências culturais. Entre os fatores fundamentais para esse processo está o acesso à cultura como recurso para a preservação e a associação do patrimônio cultural com o desenvolvimento

territorial, mediante a organização e a aplicação de políticas públicas para a cultura no território. Contempla-se, nessa dimensão, a existência de recursos, como museus e instituições de registro e preservação da memória histórico-cultural.

A criação de equipamentos culturais e de meios de fomento necessários à sua vinculação ao desenvolvimento requer estimular a participação da população territorialmente associada às práticas culturais. O desafio nesse processo é estimular a participação dos atores sociais que, mediante as suas ações, asseguram, ainda que em um contexto distinto do pretérito, a continuidade das práticas culturais.

A preservação da cultura popular com as práticas que lhe são concernentes, relacionadas ao patrimônio territorial e ao desenvolvimento, exige a conformação de lugares de representação popular para sua participação no processo de constituição de políticas públicas que absorvam as experiências e expectativas locais, para se afastar o risco da incompletude de propostas possivelmente dissociadas das condições endógenas.

Cabe salientar que considerar os agentes da cultura popular como meros expectadores das ações relacionadas às políticas públicas voltadas à multiculturalidade, equivale a desconhecer os processos de formação e consecução da cultura territorializada. Esse cuidado possibilita evitar o risco de insucesso nas políticas públicas que vinculam desenvolvimento e patrimônio cultural sob a perspectiva territorial. Desse modo, a associação entre as manifestações culturais, processo histórico e território, pode ser percebida mediante a relação entre as condições contemporâneas de produção da cultura e o processo histórico.

Esse quadro absorve as consequências das transformações das condições de produção, reprodução e circulação da cultura, com emergência de fatores ausentes no pretérito, como os meios de comunicação, responsáveis por delinear o território mediante novas possibilidades em relação ao processo histórico de longa duração, formador das experiências históricas.

Dito de forma enfática, a territorialização dos equipamentos culturais é um dos fatores a se incorporar ao se refletir sobre esta variável.

c) Estrutura da Mídia

A inclusão da análise das funções da mídia nos processos de desenvolvimento está relacionada à presença expressiva dos fluxos de comunicação na sociedade contemporânea, situação amplificada com as tecnologias de comunicação e informação pautadas na tecnologia digital. Incorpora-se como fundamento a análise da sociedade mediatizada, na qual as relações sociais e ações ordinárias são delineadas com as tecnologias de mediação e corporações de mídia enquanto metaprocessos.

Atinge-se, desse modo, uma indissociabilidade entre mídia e sociedade. As instituições sociais passam por alterações mediante o impacto da sua relação com as mídias. Transcendem-se os dispositivos tecnológicos, posto que as mídias conformam a vida social, pois delineiam a vida atual ao produzir o sentido da sociedade contemporânea (LIVINGSTONE, 2009; HJARVARD, 2013). A comunicação é fator estrutural e estruturante das relações sociais contemporâneas, inseparável dos processos de desenvolvimento territorial.

Historicamente, a associação entre comunicação e desenvolvimento foi constituída a partir da década de 60 do século 20, em um contexto midiático com domínio dos meios de

comunicação de massa. Naquele período, Schramm e Lener (*apud* MACHADO, 1970) protagonizavam a discussão sobre a relação difusionista e baseada na modernização entre comunicação e desenvolvimento. Essa perspectiva foi superada, conforme apresenta Servaes (2007), em razão das próprias mudanças no processo de comunicação, e também quanto à compreensão do desenvolvimento. Consta-se uma profunda alteração baseada na abordagem dialógica, dedicada à compreensão da mudança social.

En lugar del énfasis en la persuasión y en la transmisión de informaciones y conocimientos desde afuera, la comunicación para el cambio social promueve el diálogo, el debate y la negociación desde el seno de la comunidad; e. los resultados del proceso de la comunicación para el cambio social deben ir más allá de los comportamientos individuales, y tomar en cuenta las normas sociales, las políticas vigentes, la cultura y el contexto del desarrollo (DAGRÓN, 2011, p. 33).

Percebem-se limites para o transcender da abordagem da comunicação enquanto recurso para o desenvolvimento como uma percepção meramente instrumental, conforme apontam Barranquero-Carretero, Sáez-Baeza (2015). O caminho adotado neste texto compreende o desenvolvimento enquanto fundamento estrutural do desenvolvimento, e não como instrumento de apoio para o desenvolvimento. As indicações que suportam essa perspectiva estão presentes em diversos fatores, explicitados por Castells (1999). Para o autor, a comunicação assume posição central contemporaneamente em razão dos processos organizados em rede.

Essa condição define o impacto da comunicação na economia, na estrutura de negócios e nos meios de inovação. O modo como as tecnologias da informação e comunicação (TICs) impactam o desenvolvimento é discutido por Kleine (2013) e Heeks (2006). Kleine (2013), particularmente, destaca as características e possibilidades de as tecnologias de informação e comunicação elevarem as competências e liberdades das pessoas, de acordo com a proposição de Sen (2000).

A composição do sistema de mídia nacional é estratégica por ter relação sobre como os territórios serão impactados com os processos de comunicação macro (verticais) e locais (horizontais). Hallin e Mancini (2004) avaliam como as estruturas e sistemas de mídia nacionais, assim como a economia política da comunicação, apontam a relação de uma expressiva associação entre a globalização da economia e a alteração estrutural dos sistemas de comunicação. Em relação ao Brasil, Lima (2004) caracteriza a existência de um modelo de comunicação nacional estabelecido no período de modernização conservadora do país durante a Ditadura Militar (1964-1985), que consolidou a concentração da propriedade de mídia e a desigualdade de acesso à mídia (SECOM, 2016; PROJOR, 2019), obstáculos para o desenvolvimento territorial.

Apesar, entretanto, de as investigações mostrarem que o mero aperfeiçoamento tecnológico dos meios de comunicação não produz, automaticamente, avanços nos processos necessários ao desenvolvimento de uma sociedade, escassamente a comunicação é delineada como um fator estrutural nos planos de desenvolvimento (CARNIELLO; SANTOS, 2021). Compreende-se, neste trabalho, a comunicação enquanto variável que compõe a dimensão cultural do patrimônio territorial e, portanto, um fator estruturante. Os aspectos relacionados à mídia regional, sua função, sua estrutura e sua distribuição no território (DEOLINDO, 2019), são

aspectos essenciais para o entendimento das dinâmicas culturais, o que inclui a avaliação do tipo de conteúdo gerado pelos veículos de comunicação de escala regional.

d) Economia Criativa

O conceito de economia criativa, apresentado por um conjunto de autores (MIRSHAWKA, 2016; REIS, 2009, 2012; SERRA; FERNANDEZ, 2014) e por agentes do desenvolvimento, menção direta à Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan, 2016), caminha no sentido de associação com um processo industrial criativo. Em outros termos, a economia criativa “[...] tem a criatividade, arte e cultura como sua matéria-prima; está relacionada com os direitos da propriedade intelectual, em particular com o direito do autor; é função direta de uma cadeia de valor criativa” (MIRSHAWKA, 2016, p. 3).

Destaca-se que a cultura está implicitamente correlacionada com as artes, produtores culturais e música, sob o prisma da economia criativa. Dentro desse delineamento, a sua estrutura de circulação de bens e serviços está vinculada aos mercados e à lógica da compra e venda da força de trabalho.

No mapeamento da indústria criativa, disponibilizado pela Firjan (2016), o enunciado se explicita, mas, em termos do desenvolvimento regional, se faz necessário ampliar o olhar sobre as circunferências que delimitam a dinâmica do conceito, especialmente quando consideramos a economia da cultura como uma das formas de ativar o patrimônio cultural. O alargamento interpretativo à análise do patrimônio territorial dialoga com as interfaces produtivas. Ultrapassa, contudo, a ideia de indústria, posto que nos territórios se avolumam o simbólico, a história, o estilo de vida, entre outros elementos.

Desse lugar é que o local, ou uma comunidade, tem papel preponderante. No local a criatividade existe porque as pessoas e as organizações trazem suas contribuições para a organização do lugar, por meio da participação e dos laços de confiança que estabelecem. Dentro da comunidade, esses elementos aglutinadores permitem que as práticas criativas e criadoras sejam constitutas e constantes.

Espera-se, diante das proposições do patrimônio do território, que as comunidades tenham potencial para a geração de bens e serviços que possam trazer benefício para todos. Em atividade, por intermédio de políticas culturais de geração de renda, a criatividade pode ser potencializada e propiciar a atratividade de terceiros, os quais desejarão adquirir bens, serviços e materiais produzidos no campo da economia criativa.

Espera-se, também, que a criatividade, em comunidade, seja o resultado de práticas compartilhadas e que as pessoas entendam a importância da interação de todos das mais variadas formas. Este fazer junto (ou juntas) alça a experiência comum ao compartilhamento (ao trabalho coletivo), a qual não está condicionada às intervenções meramente monetárias. O resultado do envolvimento da comunidade na condução de suas coisas do local/regional, portanto, é decisivo para encontrar caminhos de sustentação das comunidades.

A cultura inscreve-se como um elemento capaz de promover uma economia sem exploração, competição e concorrência, bem como harmonizar os recursos locais e permitir o surgimento de um desenvolvimento sustentável, amparado e social, que incorpore a distribuição, a segurança e a estabilidade econômica do lugar em contraposição ao crescimento econômico.

Para Reis (2009, p. 91), a criatividade “[...] por si só não sustenta um processo de transformação, é, porém, elemento fundamental para garantir a diferenciação e a permanência das mudanças”. Na cultura é que se reserva a força-motriz da criatividade, e várias cidades no mundo têm se destacado nesse campo de disputa (REIS, 2009). As cidades que efetivaram políticas e ações relacionando criatividade, cultura e comunidade/local, conseguiram recursos financeiros e fomentaram o turismo criativo, gerando emprego e renda. Para as questões da economia criativa a dimensão cultural assume uma posição de destaque para propor o planejamento estratégico nas cidades.

No Brasil, a título de exemplificação, a economia criativa emprega muita gente. A participação do Produto Interno Bruto (PIB) Criativo passou de 2,61% (2017) para 2,91% (2020), totalizando R\$ 217,4 bilhões no total do PIB brasileiro (FIRJAN, 2012). Segundo o relatório da Firjan (2014), no período de 2004 a 2013 o PIB da Indústria Criativa avançou 69,8% em termos reais, acima do avanço de 36,4% do PIB brasileiro nos últimos dez anos.

Para pensar a economia criativa em termos de formulação de políticas públicas (SERRA; FERNANDEZ, 2014), espera-se que os territórios possam identificar e, conseqüentemente, transformar o seu patrimônio cultural a serviço de processo populares de geração de emprego e renda, bem como articulá-los com a dimensão produtiva para que promovam o desenvolvimento, potencializando os elementos específicos e endógenos do local.

ASPECTOS INDICATIVOS DA DIMENSÃO CULTURAL

A compreensão da cultura em um território demanda, necessariamente, a coleta de dados primários, pela particularidade e pelo dinamismo inerentes ao conceito de cultura, elementos apurados nas pesquisas de Carniello, Dos Santos e Máximo Pimenta (2022, p. 134-150). Desse quadro, para o entendimento sobre o fenômeno de forma sistêmica, se faz necessária uma abordagem mista de coleta de dados primários e secundários, o que permite a análise em triangulação. As técnicas e/ou instrumentos de coleta de dados baseiam-se em Duarte e Barros (2012) e são apresentados no Quadro 2.

Com as técnicas de coleta de dados propostas contempla-se, por meio do delineamento documental, levantamento em bases de dados oficiais e identificação de aspectos relativos a valores, códigos de conduta e tradições culturais e à trajetória histórico-cultural das comunidades.

Esta coleta de dados gerará indicadores que serão agregados em uma escala de 1 a 5, sendo 1 muito baixo, portanto, péssimo e 5 muito alto, a ser considerado ótimo para a ativação do patrimônio da dimensão cultural. A escala proposta permite quantificar e pontuar cada um dos componentes, o que viabiliza chegar em indicadores. A agregação desses indicadores permitirá alcançar o índice da ativação do patrimônio da dimensão cultural. Os indicadores decorrentes desse processo, conforme Jannuzzi (2001), são categorizados tanto como indicadores subjetivos (qualitativos), medidas construídas a partir da avaliação de especialistas com relação a diferentes aspectos da realidade, quanto como indicadores objetivos (quantitativos), que consistem em ocorrências concretas e medidas empíricas da realidade social.

A análise dos dados permitirá atribuir pontuação a fim de gerar os indicadores de cada componente, conforme escalas criadas especificamente para fins desse modelo, tal qual representado Quadro 2.

Quadro 2 – Métodos de coleta de dados para avaliação da dimensão cultural

COMPONENTES	VARIÁVEIS	TÉCNICAS E/OU INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	ESCALA
Multiculturalidade (valores e códigos de conduta)	Diversidade de grupos culturais com relações intra-grupos.	Documental – Registro de grupos e coletivos de representação cultural. Legislação que favorece a equidade entre os grupos culturais. Entrevistas semiestruturadas com representantes de grupos culturais.	5 Inter ou Multiculturalidade com reconhecimento legal e público dos direitos dos grupos 4 Multiculturalidade sem reconhecimento legal e público dos direitos dos grupos 3 Baixa multiculturalidade 2 Dominação cultural 1 Dominação cultural com repressão a demais grupos
Manifestações e equipamentos culturais	Políticas públicas de fomento às manifestações culturais diversas. Presença de equipamentos culturais distribuídos no território. Orçamento destinado à cultura em um território.	Documental – registros formais em instituições públicas; análise de legislação e documentos públicos; consulta ao portal da transparência. Consulta a fontes documentais como mapa da cultura. http://mapas.cultura.gov.br/	5 Manifestações multiculturais com apoio de políticas públicas e sociedade civil organizada 4 Manifestações multiculturais sem apoio de políticas públicas 3 Manifestação culturais com pouca diversidade 2 Manifestações de grupos sociais dominantes 1 Manifestações de grupos sociais dominantes com repressão às culturas minoritárias 5 Equipamentos descentralizados, bem distribuídos no território 4 Equipamentos parcialmente descentralizados 3 Equipamentos apenas na região central 2 Equipamentos concentrados em alguns bairros 1 Equipamentos concentrados em regiões de alta renda 5 Políticas públicas locais de cultura com dotação orçamentária 4 Ações pontuais de cultura com recursos financeiros 3 Ações pontuais de cultura sem recursos 2 Ações esporádicas de cultura 1 Sem ações locais voltadas à cultura

Estrutura de mídia	Quanto maior a diversidade de mídia, em termos de propriedade e tipologia (pública, comunitária, privada de rede, privada local), mais favorável é para a ativação do patrimônio cultural para o desenvolvimento.	Documental – registros formais dos veículos de comunicação; análise de conteúdo.	5 Diversidade de mídia (pública, comunitária, privada de rede, privada local) com apoio de políticas públicas 4 Diversidade de mídia sem apoio de políticas públicas 3 Baixa diversidade de mídia 2 Concentração de mídia em grandes grupos comerciais 1 Concentração de mídia em grandes grupos comerciais e censura de conteúdo
Economia criativa	Quanto mais geração de emprego e renda baseada em atividades culturais, mais favorável é para a ativação do patrimônio cultural para o desenvolvimento.	Documental – bases de empregos formais. Registro de Microempreendedores individuais que atuam com economia criativa.	5 Gera emprego e renda formais como renda principal e contribui para a economia do município 4 Gera emprego e renda formais e informais como renda complementar 3 Gera emprego informal como renda complementar 2 Gera emprego informal precarizado 1 Não gera emprego e renda

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Apresentados os componentes, variáveis, técnicas de coleta de dados e escala de análise, são estabelecidos os parâmetros de análise com base no referencial teórico, a saber:

- quanto mais diversidade de grupos culturais com relações intragrupos mais favorável fica para a ativação do patrimônio cultural para o desenvolvimento;
- quanto mais apoio e políticas públicas de fomento às manifestações culturais diversas mais favorável é para a ativação do patrimônio cultural para o desenvolvimento;
- quanto mais presença de equipamentos culturais distribuídos no território, mais favorável torna-se a ativação do patrimônio cultural para o desenvolvimento;
- quanto maior o orçamento destinado à cultura em um território mais favorável fica para a ativação do patrimônio cultural para o desenvolvimento.

Em sequência, o Quadro 3 apresenta um Quadro-síntese que sistematiza a forma de cálculo dos indicadores de cada componente, que, em conjunto, comporão o índice que representa a dimensão cultural do Imap.

Após a análise das variáveis e atribuição de pontuação, procede-se o cálculo de cada um dos indicadores e, em sequência, o cálculo do índice, conforme mostra o Quadro 3. O resultado permitirá identificar o nível da ativação do patrimônio cultural do território e, portanto, como a dimensão cultural do território se articula como vetor de desenvolvimento. A agregação dos índices de cada dimensão comporá o Imap.

Quadro 3 – Distribuição dos pesos segundo componentes e cálculo do índice da dimensão cultural

Compo- nentes	Multiculturali- dade (valores e códigos de conduta)	Manifestações e Equipamentos culturais			Estrutura de mídia	Economia cria- tiva
Variáveis	<i>M</i>	<i>C1</i>	<i>C2</i>	<i>C3</i>	<i>E</i>	<i>R</i>
Escala						
1	Dominação cultural com repressão a demais grupos	Manifestações de grupos sociais dominantes com repressão às culturas minoritárias	Equipamentos concentrados em regiões de alta renda	Sem ações locais voltadas à cultura	Concentração de mídia em grandes grupos comerciais e censura de conteúdo	Não gera emprego e renda
2	Dominação cultural	Manifestações de grupos sociais dominantes	Equipamentos concentrados em alguns bairros	Ações esporádicas de cultura	Concentração de mídia em grandes grupos comerciais	Gera emprego informal precarizado
3	Baixa multiculturalidade	Manifestações culturais com pouca diversidade	Equipamentos apenas na região central	Ações pontuais de cultura sem recursos	Baixa diversidade de mídia	Gera emprego informal como renda complementar
4	Multiculturalidade sem reconhecimento legal e público dos direitos dos grupos	Manifestações multiculturais sem apoio de políticas públicas	Equipamentos parcialmente descentralizados	Ações pontuais de cultura com recursos financeiros	Diversidade de mídia sem apoio de políticas públicas	Gera emprego e renda formais e informais como renda complementar e contribui para a economia do município
5	Inter ou Multiculturalidade com reconhecimento legal e público dos direitos dos grupos	Manifestações multiculturais com apoio de políticas públicas e sociedade civil organizada	Equipamentos descentralizados, bem distribuídos no território	Políticas públicas locais de cultura com dotação orçamentária	Diversidade de mídia (pública, comunitária, privada de rede, privada local) com apoio de políticas públicas	Gera emprego e renda formais como renda principal e contribui para a economia do município
Equação	<i>M</i>	$\frac{C1 + C2 + C3}{3}$			<i>E</i>	<i>R</i>
Valor	<i>M</i>	<i>C</i>			<i>E</i>	<i>R</i>
Índice que representa a Dimensão Cultural (IDC) $IDC = \frac{M + C + E + R}{4}$						

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

A proposta metodológica apresentada resulta em uma forma de diagnosticar como o patrimônio cultural compõe e está ativado em determinado território. Retoma-se que os índices de cada dimensão do patrimônio de um território resultarão no Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial – Imap. Essa metodologia pode ser instituída em várias escalas territoriais, de maneira a contribuir com a compreensão das dinâmicas territoriais, aspecto fundamental para a propositura de políticas públicas e intervenções em prol do desenvolvimento territorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto propôs uma reflexão sobre patrimônio territorial, especificamente na questão da abordagem territorial para fins de promoção do desenvolvimento local, com a pretensão de definir desenhos metodológicos para a identificação dos componentes da dimensão cultural que integram o patrimônio territorial. Aposta-se, considerando a amplitude da proposta, em trazer: (a) a visualização dos recursos metodológicos à fundamentação da pesquisa sobre território; e (b) a possibilidade de formação de um conjunto de conceitos e procedimentos correspondentes à consolidação do desenvolvimento territorial.

O ponto de partida de levantamento desses recursos centraliza-se na cultura, quando se busca identificá-los nas suas correlações com o social, a economia, a natureza, a cultura, a história das coisas do lugar, o simbólico e os elementos constitutivos do patrimônio territorial. Este instrumento denomina-se Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial – IMAP –, referência que estabelece variáveis em seis dimensões: produtiva, social, natural, cultural, institucional e humana/intelectual.

Para compor e validar este instrumental metodológico, adequado e/ou adaptado aos diferentes territórios, aposta-se em um material capaz de realizar diagnósticos a prospecção de alternativas inovadoras e sustentáveis de desenvolvimento a partir do patrimônio territorial. Trata-se de efetivação de um desenho metodológico que valoriza a dimensão cultural do território, definido em seus aspectos ontológicos, constitutivos e indicativos. O Imap, portanto, dentro de uma visão sistêmica, sem perder o horizonte que cada território oferece de dinâmicas específicas e particulares, predispõe-se a capturar a complexidade do território.

Na sistematização do Imap foram estabelecidos os seguintes componentes da dimensão cultural: multiculturalidade (valores e códigos de conduta), manifestações e equipamentos culturais, estrutura da mídia e economia criativa. Os indicadores resultantes desses componentes são instâncias normativas que determinam os valores subjacentes da leitura da ativação do patrimônio de um território, as quais permitem o agregar dos índices identificáveis no processo de pesquisa e do diagnóstico.

Destaca-se que o método proposto é uma construção exploratória, que passará por validação empírica, o que permitirá, caso necessário, aprimorar as escalas propostas na construção dos indicadores e do índice, com base nas realidades encontradas nos territórios.

As contribuições advindas da investigação das interações entre as dimensões que compõem o patrimônio territorial podem propiciar a proposição de estratégias e ações concernentes ao desenvolvimento territorial que considerem as dinâmicas inscritas no território. A definição de desenhos metodológicos para identificação dos componentes da dimensão cultural que integram o patrimônio territorial, possibilita a geração de dados e informações para efetivação de políticas de desenvolvimento concernentes a particularidades de cada território e demais dimensões constitutivas do patrimônio territorial.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos ao CNPq e a FAPERGS pelo auxílio no projeto.

REFERÊNCIAS

- BARRANQUERO-CARRETERO, A.; SÁEZ-BAEZA. Comunicación y buen vivir. La crítica descolonial y ecológica a la comunicación para el desarrollo y el cambio social. *Palabra Clave*, v. 18, n.1, p. 41-82, 2015. DOI: 10.5294/pacla
- BARROS, J. M. Cultura, diversidade e os desafios do desenvolvimento humano. In: BARROS, J. M. *Diversidade cultural: da proteção à promoção*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 15-25. Disponível em: http://faa.edu.br/portal/PDF/livros_eletronicos/enfermagem/Diversidade_Cultural_Protecao_Promocao.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021.
- BARROS, J. M. Diversidade biocultural na política cultural brasileira: uma aproximação ao CNC e PNC. In: LOPES et al. (org.). *Políticas culturais e ambientais no Brasil: da normatividade às agências coletivas*. Porto Alegre: CirKula, 2016. p. 13-50.
- BERMUDES, W. L.; SANTANA, B. T.; BRAGA, J. H. O.; SOUZA, P. H. Tipos de escalas utilizadas em pesquisas e suas aplicações. *Revista Vértices*, v. 18, n. 2, p. 7-20, 2016.
- BOTELHO, I. *Dimensões da cultura: políticas culturais e seus desafios*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.
- BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento de Gutenberg a Diderot*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- BURKE, P. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CALABRE, L. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: RUBIM, A.; BARBALHO, A. *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, 2007. p. 96-100. V. 2.
- CANCLINI, N. G. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas: estratégias para entrar y salir de la modernidad*. Buenos Aires: Sudamericana, 1995.
- CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 9. ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2001.
- CARNIELLO, M. F.; DOS SANTOS, M. J.; MÁXIMO PIMENTA, C. A. A abordagem territorial do desenvolvimento: um olhar metodológico sobre a dimensão cultural e seus componentes. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 18, n. 1, Dossiê Patrimônio Territorial, p. 134-150, jan./abr. 2022.
- CARNIELLO, M. F.; DOS SANTOS, M. J. Comunicação para o desenvolvimento territorial: análise da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. *Redes*, v. 26, 15 jan. 2021.
- CARVALHO, Edgar de Assis. Cultura e Complexidade: um trajeto antropológico. In: PIMENTA, Carlos A. M.; MELLO, Adilson S. (Orgs.). *Encruzilhadas da Cultura: Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade*. Taubaté, SP: CABRAL Editora e Livraria Universitária, 2013, p. 49-69.
- CGLU. Cidades e Governos Locais Unidos. *Cultura 21: ações*, 2015. Disponível em: http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/files/documents/multi/c21_015_pt_1.pdf
- COSTA, S. Da desigualdade à diferença: direito, política e a invenção da diversidade cultural na América Latina. *Contemporânea*. v. 5, n. 1, p. 145-165, jan./jun. 2015.
- COSUDE. Agência Suíza Para el Desarrollo y la Cooperación. *Comunicación para el desarrollo*. Una guía práctica. Ministerio de Asuntos Externos. 2016. Disponível em: https://www.eda.admin.ch/dam/deza/es/documents/publikationen/Diverses/Communication-for-development-Manual_ES.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021.
- DAGRON, A. G. Comunicación para el cambio social: clave del desarrollo participativo. In: GONZÁLEZ, J. M. P.; BRINGE, A. C. *Comunicación, desarrollo y cambio social: interrelaciones entre comunicación, movimientos ciudadanos y medios*. 1. ed. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana: Universidad Minuto de Dios: Unesco, 2011.
- DALLABRIDA, V. R. Patrimônio territorial: abordagens teóricas e indicativos metodológicos para estudos territoriais. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí: Editora Unijuí, v. 18, n. 52, p. 12-32, jul. 2020.
- DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L. Pressupostos epistêmico-teóricos convergentes com a abordagem territorial. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional G&DR*, Taubaté, v. 17, n. 2, p. 256-273, maio/ago. 2021.
- DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P.; DENARDIN, V. F.; ARENHART, L. O. Abordagem territorial do desenvolvimento: categorias conceituais e pressupostos metodológicos. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável Guaju*, Matinhos, v. 7, n. 1, p. 43-80, jan./jun. 2021.
- DEOLINDO, J. *O negócio da mídia no interior*. Curitiba: Appris, 2019.

- DÓRIA, C. A.; BASTOS, M. C. *A culinária caipira da Paulistânia: a história e as receitas de um modo antigo de comer*. São Paulo: Três Estrelas, 2018.
- DUARTE, J.; BARROS, A. (org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. 2. ed. 6. reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.
- ETGES, V. E. Desenvolvimento regional sustentável: o território como paradigma. *Redes*, v. 10, n. 3, p. 47-55, 2005.
- FAVARETO, A. S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural: mudança institucional ou inovação por adição? *Estudos Avançados*, USP, Imprensa, v. 24, p. 299-319, 2010.
- FELIPPI, Â. C. T.; BRANDT, G. B. Aproximações entre estudos culturais e desenvolvimento regional: uma proposta teórico metodológica para estudar a comunicação na interdisciplinaridade. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 12, n. 4, p. 44-63, dez. 2016.
- FIRJAN. Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. *Indústria criativa: mapeamento da indústria criativa*, 2012. Disponível em: <http://www.firjan.com.br/EconomiaCriativa/pages/default.aspx>. Acesso em: 24 abr. 2021.
- FIRJAN. Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. *Indústria criativa: mapeamento da indústria criativa no Brasil*, 2014. Disponível em: <http://publicacoes.firjan.org.br/economicriativa/mapeamento2014/files/assets/common/downloads/publication.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2023.
- FIRJAN. *Mapeamento da indústria criativa no Brasil*. SESI/SENAI, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/economicriativa>. Acesso em: 20 fev. 2019.
- FLORES, M. *A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento – uma visão do estado da arte*. 2006. Disponível em: https://indicadores.fecam.org.br/uploads/28/arquivos/4069_FLORES_M_Identidade_Territorial_como_Base_as_Estrategias_Developolvimento.pdf. Acesso em: 1º nov. 2022.
- FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.
- FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- HALL, S. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Apicuri, 2016.
- HALLIN, Daniel; MANCINI, Paolo. *Comparing Media Systems: three models of media and politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- HEEKS, R. Theorizing ICT4D Research. *The Massachusetts Institute of Technology Information Technologies and International Development*, v. 3, n. 3, p. 1-4, 2006.
- HJARVARD, S. *The mediatization of culture and society*. Londres: Routledge, 2013.
- INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO JORNALISMO. *Atlas da notícia*. 2019. Disponível em: <https://www.atlas.jor.br/>. Acesso em: 19 dez. 2019.
- JANNUZZI, P. M. *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fonte de dados e aplicações*. Campinas, SP: Alínea, 2001.
- KLEINE, D. *Technologies of Choice? ICTs, development, and the capabilities approach*. Cambridge, London: MIT Press, 2013.
- LIMA, Venâncio. Sete teses sobre mídia e política no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n.61, p. 48-57, março/maio 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/13317/15135>. Acesso em: 28 ago. 2020.
- LIVINGSTONE, S. On the mediation of everything: ICA Presidential Address 2008. *Journal of Communication*, Oxford, v. 59, n. 1, p. 1-18, 2009.
- MACHADO, L. P. Alcance e limites das teorias da modernização. *Rev. Adm. Empres.*, v. 10, n. 3, set. 1970.
- MIRSHAWKA, V. *Economia criativa: fonte de novos empregos*. São Paulo: DVS, 2016. V. 1.
- MORIN, E. *O problema epistemológico da complexidade*. 2. ed. Lisboa: Europa-América, 1996.
- NACIONES UNIDAS *Observación general nº 21* Derecho de toda persona a participar en la vida cultural (artículo 15, párrafo 1a), del Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales) 2010. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2012/8793.pdf>. Acesso em: 6 out. 2021.
- PECQUEUR, B. Territoire, territorialité et développement: industrie et territoire – les SPL. *Colloque IREPD*, Grenoble, out. 1992.
- PEDELIENTO, G.; KAVARATZIS, M. Bridging the gap between culture, identity and image: a structurationist conceptualization of place brands and place branding. *Journal of Product & Brand Management*, 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/Valdir%20Dallabrida/Downloads/JPBM-01-2018-1735.pdf>. Acesso em: 1º nov. 2022.

- PERUZZO, C. M. K. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. 3.ed. São Paulo: Vozes, 2004.
- PERUZZO, C. M. K. Rádio Comunitária na Internet: empoderamento social das tecnologias. *Revista Famecos*, v. 13, n. 30, p. 115-125, 14 abr. 2008.
- PIMENTA, C. A. M. As “coisas de Minas”: questões sobre desenvolvimento e turismo. In: PIMENTA, C. A. P.; PEREIRA, S. B. (org.). *Turismo e desenvolvimento: outros caminhos*. Porto Alegre: CirKula, 2017. p. 153-180. V. 1.
- PIMENTA, C. A. M. Cultura e desenvolvimento. Apontamentos sobre a agenda Cultura 21: Ações. In: GAMA, M.; COSTA, P. R. (ed.). *Políticas culturais municipais: análise de documentos estruturantes em torno da cultura*. Braga, PT: Cecs, 2021. p. 207-224.
- PIMENTA, C. A. M.; SOUZA, N. L.; LIMA, L. P.; FERREIRA, S. M.; OLIVEIRA, S. D. Cultura, políticas e desenvolvimento: as correlações entre o local, o Plano Municipal de Cultura de Itajubá, MG, e geração de renda. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 14, n. 4, p. 6-44, 2018.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- REDE NOSSA SÃO PAULO. *Mapa da desigualdade 2020*. 2020. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/2020/10/29/mapa-da-desigualdade-2020-revela-diferencas-entre-os-distritos-da-capital-paulista/>. Acesso em: 6 out. 2021.
- REIS, A. C. F. (org.). *Cidades criativas: soluções inventivas: o papel da copa, das olimpíadas e dos museus internacionais*. São Paulo: Garimpo de Soluções; Recife: Fundarpe, 2010.
- REIS, A. C. F. *Cidades criativas: da teoria à prática*. São Paulo: Sesi, 2012.
- REIS, Ana Carla Fonseca. *Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento*. São Paulo: Itaú Cultural, 2009.
- SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- SANTOS, B. D.; ZAMBERLAN, C. O. Educação, cultura e a construção de uma identidade territorial. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 15, n. 6, p. 44-63, dez. 2019.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SANTOS, M. J. As representações do caipira: cinema, arte e cultura popular. In: CAMARGO, A. M. A. (org.). *São Paulo de outros tempos*. 1 ed. São Paulo: ARQ-SP, 2017. p. 11-354.
- SÃO PAULO. Plano diretor estratégico do município de São Paulo. *Lei nº 16.050/2014*. Texto da lei ilustrado. 2014. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/01/Plano-Diretor-Estrat%C3%A9gico-Lei-n%C2%BA-16.050-de-31-de-julho-de-2014-Texto-da-lei-ilustrado.pdf>. Acesso em: 23 set. 2021.
- SECOM. *Pesquisa brasileira de mídia 2016 – hábitos de consumo de mídia pela população brasileira*. 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/aceso-a-informacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-2013-a-2018/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016-1.pdf/view> Acesso em: 3 jul. 2019.
- SEN, A. K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SERRA, N.; FERNANDEZ, R. S. Economia criativa: da discussão do conceito à formulação de políticas públicas. *Revista de Administração e Inovação*, v. 11, n. 4, p. 355-372, out./dez. 2014.
- SERVAES, Jan. *Communication for Development and Social Change*. New Delhi: Sage, 2007.
- SOUSA SANTOS, B. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SOUSA SANTOS, B.; MENESES, M. P. (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 21-71.
- SOUZA, M. L. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- VAN BELLEN, Hans Michel. *Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- WILLIAMS, R. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- YÚDICE, G. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

Todo conteúdo da Revista Desenvolvimento em Questão está
sob Licença Creative Commons CC – By 4.0